

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ENAJUM/CPOPE

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador (a): Superior Tribunal Militar - STM

Nome da autoridade competente: José Carlos Nader Motta

Número do CPF: ***.xxx.xxx.**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: ENAJUM / CPOPE

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora -UG que descentralizará o crédito: 060001 – Superior Tribunal Militar

Número e Nome da Unidade Gestora-UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED 01/2025.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Nome da autoridade competente: Diretor Tiago Emmanuel Nunes Braga

Número do CPF: ***.814.476-**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Coordenação-Geral de Informação Científica e Técnica - CGIC

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Nomeação como Diretor na Portaria de nomeação no 2.593, de 22 de junho de 2023, publicado no DOU.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora -UG que receberá o crédito: 240121 - IBICT

Número e Nome da Unidade Gestora-UG Responsável pela execução do objeto do TED: 240121 - IBICT

3. OBJETO:

Estudos técnico-científicos visando à reestruturação da Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

O quadro abaixo apresenta a definição das metas e respectivas atividades planejadas ao longo do projeto. Cada etapa foi estruturada com base na metodologia descrita anteriormente, garantindo uma execução organizada e alinhada aos objetivos da reestruturação da revista. O projeto possui duração inicial prevista de 12 meses:

Meta	Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Prazo
M1- Reestruturar o modelo editorial da revista	Pesquisa documental, técnica e científica	x	x	x										3 meses
	Estudo comparativo de revistas da área	x	x	x										3 meses
	Analisar a estrutura editorial da revista	x	x	x										3 meses
	Identificar pesquisadores para comporem a equipe editorial e corpo de revisores				x	x	x							3 meses
	Propor políticas editoriais alinhadas a padrões científicos				x	x	x	x	x					5 meses
	Reformular a interface e o design da revista								x	x	x	x		4 meses
	Implementar novas funcionalidades e fluxo editorial da revista.					x	x	x	x	x	x			6 meses

M2 - Ampliar a visibilidade e alcance da revista	Desenvolver estratégias de divulgação da revista em redes sociais e meios acadêmicos									x	x	x	x	x	5 meses
	Inserir a revista em bases de dados e diretórios										x	x	x		3 meses
M3 - Capacitação da equipe editorial da revista	Organizar treinamentos conforme as necessidades da equipe editorial							x	x	x					3 meses
M4 - Disseminação dos resultados	Monitorar as mudanças implementadas e resultados obtidos									x	x	x	x	x	4 meses
	Produzir o relatório final com resultados e perspectivas futuras												x	x	2 meses

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar foi criada em 1975 como uma publicação técnica, com o objetivo de divulgar decisões, pareceres e análises jurídicas relevantes no âmbito da Justiça Militar da União. Inicialmente publicada em formato impresso sob o título Jurisprudência do Superior Tribunal Militar, a revista passou por diversas transformações ao longo dos anos. Em 2013, tornou-se também uma publicação online, adotando sua nomenclatura atual. Seus arquivos passaram a ser disponibilizados por meio do repositório institucional Integra - JMU[1] e, posteriormente, na plataforma Open Journal Systems (OJS), consolidando sua presença no meio digital[2].

Após 50 anos de sua criação, surge o anseio de consolidar a Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar no ambiente digital e ampliar seu escopo de atuação, promovendo sua transição de uma publicação técnica para uma publicação científica. Esse movimento visa fortalecer sua relevância acadêmica, ampliar seu alcance e disseminação e assegurar sua inserção no ciclo da comunicação científica.

No entanto, a transformação da revista para uma publicação científica carece de reformulações em toda sua estrutura e política editorial. O processo de editoração científica é um campo em constante evolução, impondo desafios significativos aos editores que buscam não apenas manter suas publicações, mas também ampliá-las e fortalecê-las no cenário acadêmico. Nesse sentido, Campos, Vilas Bôas e Amaro (2022, p. 2) destacam:

As revistas científicas enfrentam uma extensa trajetória na qual precisam aperfeiçoar seus processos e métodos para que consigam elevar a qualidade de seus processos editoriais, ingressar aos sistemas de indexação, atrair mais autores, serem lidas pelo maior número de pesquisadores da área em que atuam, obter seus índices de impacto e citação e assim por diante.

Diante dessas dificuldades, Gomes (2010) pontua que não são raros os casos de “falências editoriais” e reflete sobre os fatores que determinam o sucesso ou o fracasso de uma revista. Para ele, o êxito editorial depende de um planejamento sólido, bem alinhado às expectativas e exigências do campo de conhecimento ao qual a revista se destina. Por outro lado, as principais razões para o insucesso incluem: escassez de recursos financeiros; problemas de ordem operacional ou estrutura; dificuldades de captação de conteúdo e mudanças políticas no interior da organização científica ou acadêmica em que foi criada.

No contexto das revistas científicas, a CGIC já desenvolveu diversos projetos e serviços voltados ao aprimoramento e à ampliação da qualidade e visibilidade das publicações científicas brasileiras. Destacam-se entre essas iniciativas o desenvolvimento e manutenção do Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras (Diadorim)[3], do Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras (Miguilim)[4], do Portal brasileiro para as revistas científicas (Manuelzão)[5], e do Portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto (Oasisbr)[6]. Além disso, a coordenação atua em parceria com outras iniciativas estratégicas, como o Sistema Regional de Informação em Língua para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex)[7] e a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil)[8], fortalecendo a inserção e qualificação das revistas científicas do país.

Ante ao cenário apresentado este projeto justifica-se pela necessidade de fornecer um suporte técnico e metodológico adequado para a elaboração de um planejamento editorial estratégico e eficiente, garantindo qualidade e ampliar a visibilidade da revista.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim
(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim
() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

- Pagamento de Custos Operacionais e Administrativos de caráter indivisível, os quais serão utilizados para custear os gastos indivisíveis, usuais e necessários à consecução do objeto do contrato com a Fundação de Apoio autorizada do Ibict.
- Ressarcimento Institucional conforme Portaria Ibict/MCTI nº157 de 24 de dezembro de 2024

Meta	Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Prazo	Valor
M1- Reestruturar o modelo editorial da revista	Pesquisa documental, técnica e científica	x	x	x										3 meses	R\$ 65.000,00
	Estudo comparativo de revistas da área	x	x	x										3 meses	
	Analisar a estrutura editorial da revista	x	x	x										3 meses	
	Identificar pesquisadores para comporem a equipe editorial e corpo de revisores				x	x	x							3 meses	
	Propor políticas editoriais alinhadas a padrões científicos				x	x	x	x	x					5 meses	
	Reformular a interface e o design da revista								x	x	x	x		4 meses	
	Implementar novas funcionalidades e fluxo editorial da revista.					x	x	x	x	x	x			6 meses	
M2 - Ampliar a visibilidade e alcance da revista	Desenvolver estratégias de divulgação da revista em redes sociais e meios acadêmicos								x	x	x	x	x	5 meses	R\$ 40.000,00
	Inserir a revista em bases de dados e diretórios									x	x	x		3 meses	
M3 - Capacitação da equipe editorial da revista	Organizar treinamentos conforme as necessidades da equipe editorial							x	x	x				3 meses	R\$ 26.900,00
M4 - Disseminação dos Resultados	Monitoras as mudanças implementadas e resultados obtidos								x	x	x	x	x	4 meses	R\$ 28.100,00
	Produzir o relatório final com resultados e perspectivas futuras											x	x	2 meses	

Tanto o plano de trabalho quanto o detalhamento orçamentário, para fins de transparência no processo, serão sempre revisados e atualizados, se necessário, durante a realização das diversas metas do projeto, a fim de incorporar informações adicionais coletadas no decorrer dos trabalhos, priorizar ações em decorrência de outras, e para representar eventuais mudanças que possam surgir.

MÊS/ANO	VALOR
Dezembro /2025	R\$160.000,00

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Não	R\$131.000,00
33.90.39	Sim	R\$16.000,00
33.90.39	Sim	R\$13.000,00

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Diretor
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

13. APROVAÇÃO

De acordo:

Alexandre Peres Teixeira
Superior Tribunal Militar – STM

Ana Carolina Vaz de Oliveira
Superior Tribunal Militar – STM

- [1] Disponível em: <https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/6>
- [2] Disponível em: <https://revista.stm.jus.br/index.php/periodicos/index>
- [3] Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/vufind/>
- [4] Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/>
- [5] Disponível em: <https://manuelzao.ibict.br/>
- [6] Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>
- [7] Disponível em: <http://latindex.org/latindex/inicio>
- [8] Disponível em: <https://www.abcbrasil.org.br/>



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA**, **Usuário Externo**, em 13/12/2025, às 17:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA VAZ DE OLIVEIRA**, **CHEFE DA SEÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO**, em 15/12/2025, às 13:22 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE PERES TEIXEIRA**, **COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO**, em 15/12/2025, às 13:40 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4690908** e o código CRC **505B28B9**.